Hauly e os tributos

O deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB) esteve na semana passada nos Ministérios da Fazenda e do Planejamento tentando obter um acordo para colocar em votação a reforma tributária, da qual é relator. O problema é que o governo teme perder arrecadação com as mudanças. Hauly tentou estabelecer termos de compromisso que garantissem que não haveria perdas.

Enxugamento

O que Luiz Carlos Hauly propõe é um processo mais racional de tributação. Sua proposta enxuga e extingue uma série de impostos federais, criando um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) único. As resistências são grandes. "Essa é sempre uma discussão complicada. O governo resiste muito sempre em mexer em impostos", diz Hauly.

FOLHA DE SÃO PAULO | 06/05/18 | EDITORIAL

Carência imóvel

O incêndio que levou abaixo o edifício Wilton Paes de Almeida, no centro de São Paulo, despertou questionamentos sobre as invasões de prédios em condições precárias na maior cidade brasileira e debates acerca das crônicas carências nacionais na área de habitação.

É relativamente recente —data de 1996— a formulação de uma metodologia mais confiável para quantificar as necessidades de moradia que se acumulam no país.

Estudos com base em dados do IBGE, realizados pela Fundação João Pinheiro em parceria com o Ministério do Planejamento, indicam que em 2015 (data do levantamento mais recente) registrou-se um déficit de 6,4 milhões de unidades, ou 9,3% do total disponível.

A defasagem entre demanda e oferta de residências se mantém elevada, com oscilações nos últimos anos, a despeito de iniciativas do setor público —entre as quais se destaca, pelas dimensões (e também por equívocos conceituais), o Minha Casa, Minha Vida.

Bandeirada ex-presidente Dilma Rousseff (PT), o programa desembolsou mais de R$ 100 bilhões (em valores corrigidos do Orçamento federal) desde 2009 e entregou até 2017, segundo dados oficiais, 3,7 milhões de habitações.

A explicação para o déficit persistente está não apenas no crescimento populacional, mas em fatores como a formação de novas famílias e aumento da expectativa de vida. Metade dele, ademais, refere-se a casos crescentes de custos considerados excessivos com aluguel.

Apura-se ainda o que se chama de déficit qualitativo, ou seja, relativo a moradias precárias, em geral sem contar com serviços básicos. São cerca de 9,8 milhões de domicílios no país sem acesso ou com acesso deficiente a infraestrutura, dos quais 3,2 milhões localizam-se em favelas ou em aglomerados semelhantes.

É óbvio que tais condições atingem, na grande maioria das vezes, os estratos populacionais de baixa renda, que dependem de subsídios estatais para obter moradia.

Tampouco há dúvidas de que as restrições orçamentárias se agravaram com a gestão irresponsável dos anos Dilma e a recessão econômica da qual o país se recupera de modo lento e tortuoso. Mais do que nunca, portanto, é necessário examinar formas mais eficientes para a ação do Estado.

Historicamente, os programas habitacionais — incluindo o Minha Casa, MinhaVida— têm privilegiado a construção de unidades prontas, não raro com arquitetura duvidosa ou mesmo opressiva, nas periferias das grandes cidades.

Esse tipo de alocação, ainda que necessário, gera problemas como a necessidade de investimentos adicionais em infraestrutura e mobilidade urbana. Seus beneficiários tendem a morar a longas distâncias de seus locais de trabalho, sem oferta satisfatória de transporte.

Não por acaso, urbanistas têm chamado a atenção



para a necessidade de aproveitamento de áreas centrais, nas quais há serviços públicos como saneamento, linhas de trem, ônibus ou metrô —é precisamente o caso de São Paulo.

O Plano Diretor da cidade, diga-se, estimula a construção nesses corredores de transporte e tem propiciado alguns empreendimentos relevantes. Chama a atenção, porém, que não tenham saído do papel projetos para a reutilização de regiões pós-industriais e outras áreas que comportariam maior adensamento.

Há, sem dúvida, iniciativas para reverter o esvaziamento do centro, como a transferência da sede de órgãos públicos. Também se verificam lançamentos de pequenos apartamentos e alguma renovação do comércio e de moradias antigas.

Não é o bastante, contudo, para promover uma oferta mais significativa de imóveis, em especial para os setores de renda baixa.

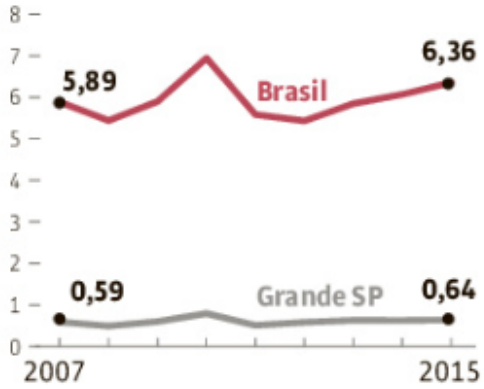
O processo de abandono e degeneração de edifícios permanece, e sua reversão esbarra, entre outros fatores, nos elevados custos de reformas (em geral, é mais barato construir um novo prédio do que recuperar um antigo deteriorado) e no relativo desinteresse do setor público e do mercado.

À sombra desse quadro prosper a indústria das invasões, em que alguns movimentos chegam a ser instrumentalizados por grupos ligados à criminalidade, em especial ao tráfico de drogas.

É de esperar das autoridades governamentais, em todos os níveis, que zelem ao menos por condições mínimas de segurança e salubridade nessas edificações. Lamentavelmente o que se vê, no mais das vezes, é descaso, abandono e ausência de fiscalização —um convite a tragédias como a que ocorreu no feriado do Dia do Trabalho.

Déficit habitacional se mantém, a despeito de políticas públicas

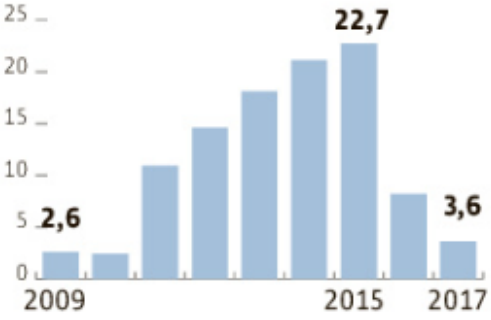
Carência de moradias, em milhões



Fonte: Fundação João Pinheiro

Programa Minha Casa, Minha Vida desembolsou mais de R$ 100 bi desde 2009

Em R$ bi corrigidos



O ESTADO DE S. PAULO | 06/05/18 | ECONOMIA

Regra do teto de gastos divide pré-candidatos

Sete entre 13 postulantes ao Palácio do Planalto são contra a manutenção da regra atual de congelamento das despesas

Douglas Gavras

Vitrine do ajuste fiscal do governo Michel Temer, o teto de gastos, aprovado há dois anos, divide os principais pré-candidatos à Presidência da República. Sete entre os 13 que foram consultados pelo "Estado" são contrários à manutenção da regra como está desenhada hoje - e prometem revê-la.

O teto de gastos, proposto pelo governo em 2016 via emenda constitucional, congelou por20 anos as despesas públicas - o crescimento dos gastos foi limitado à inflação do ano anterior.

Quando a proposta foi apresentada, avaliava-se que elafacilitaria também a aprovação da reforma da Previdência, por deixar claro que, sem essa mudança, os gastos previdenciários passariam a consumir umafatia cada vez maior do Orçamento, paralisando a máquina pública. Sem a reforma, o teto de gastos passou a ser mais questionado.

Cálculos mais recentes da consultoria Tendências apontam que as despesas totais do governo ultrapassariam o teto de gastos em 0,4% em 2020, continuando a estourar o limite nos anos seguintes. Entre este ano e o próximo, sóadespesa com Previdênciapassaria de 43,3% do total para45,6% - chegando amais da metade em quatro anos.

A previsão anterior da consultoria apontava que o teto seria rompido já este ano, mas houve uma redução nos gastos obrigatórios em 2017, explica o economista Fabio Klein, da Tendências.Arevisão de políticas subsidiadas, como o Fies - de financiamento estudantil -, e de juros oferecidos pelo BNDES deram um maior fôlego para o governo. Mas essa folga é curta.

"A medida pode ser dura, mas pelo menos cumpre seu objetivo. O teto não está lá por acaso, elefoi aprovadoparaforçaruma segunda rodada de reformas. E, quando se olha os números, a necessidade de se reformar a Previdência salta aos olhos de todo mundo", diz Klein.

Para o professor da PUC-Rio José Marcio Camargo, o teto de gastos é importante por funcionar como um alarme de incêndio que vai garantir a aprovação de uma reforma da Previdência no próximo governo. "Daqui a duas décadas, 100% do Orçamento terá de ir para a Previdência. A população vai acabar percebendo que é insustentável." José Luiz Oreiro, professor de economia da UnB, porém, discorda. Ele diz que o próximo presidente será obrigado a abandonar o teto, por ser inviável. "Não é uma questão política, quem quer que seja eleito este ano deve anunciar que vai propor a retirada do teto junto com uma proposta de reforma."

Para Klein, será preocupante se o próximo presidente propuser a revogação daregra. "O Brasil poderia andar para trás. A regra atual é eficiente, flexibilizar isso seria um risco. A não ser que fosse ancorado em uma boa proposta reformista."

Divididos. Preso na sede da Polícia Federal no Paraná, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) já havia se declarado contra o teto de gastos. Também criticam a regra atual Marina Silva, Ciro Gomes, Manuela d"Avila e Guilherme Boulos.

"As políticas públicas estão sofrendo um golpe, com a atitude irresponsável de congelar os gastos por 20 anos. Os mais afetados serão os índios, porque nesse congelamento quem está pagando o preço é a saúde,a educação,é o cuidado com as comu-nidades mais vulneráveis", diz a ex-senadora Marina Silva, da Rede. Para ela, o



controle dos gastos deveria ser feito via lei orçamentária, e não com uma alteração na Constituição.

"O que nós defendemos é a revogação da Emenda Constitucional 95. Não tem como o Brasil crescer, como sair da crise, sem investimentos", afirma a pré-candidata pelo PCdoB, Manuela d"Ávila.

Mas mesmo pré-candidatos que se apresentam como mais alinhados às reformas feitas pelo governo de Michel Temer, como o senador Álvaro Dias (Podemos) e o ex-presidente do BNDES Paulo Rabello de Castro (PSC), são críticos aos parâmetros atuais do teto.

Entre os que defendem a manutenção da regra atual estão o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e o ex-governador Geraldo Alckmin (PSDB).

A assessoria do deputado federal Jair Bolsonaro (PSL-RJ) não confirmou seo pré-candidato é favorável ou contrário ao teto. Mas o ex-banqueiro Paulo Guedes, guru econômico do parlamentar, se diz a favor.

"Depois de 40 anos de expansão de gasto público, não posso dizer que o teto não é algo excelente. Ter um limite de gastos para os próximos 20 anos é excepcional. É a primeira vez que alguém fala em corte de gastos públicos desde o presidente Tancredo Neves", disse o economista ao blog do jornalista do Estado José Fucs.

O ex-ministro do Supremo Joaquim Barbosa, apesar de ter tido destaque nas últimas pesquisas eleitorais, também não foi confirmado pré-candidato do PSB à Presidência e por isso não foi consultado pela reportagem. Na época da votação da PEC do teto, o PSB não fechou questão e se dividiu: parte dos parlamentares votou a favor; parte, contra.

O presidente Michel Temer e o ex-ministro Henrique Meirelles, responsáveis pela criação e aprovação do teto de gastos, são provavelmente favoráveis a ele. Mas, como não foram confirmados como pré-candidatos pelo MDB, não entraram nessa conta./ COLABOROU ISADORA PERON

O ESTADO DE S. PAULO | 06/05/18 | ECONOMIA

Medidas no Congresso tentam ‘burlar’ controle de despesas

Projetos criam fundos que ficariam fora do Orçamento e, portanto, não estariam sujeitos ao teto de gastos

Anne Warth e Idiana Tomazetti / Brasília

A restrição imposta pelo tetode gastos tem encorajado o Congresso a dar aval a soluções consideradas como precedente perigoso na criação de "válvulas de escape" ao limite de despesas, na avaliação de técnicos que monitoram as contas públicas.

Um dos exemplos disso é a medida provisória (MP) 809, que cria um fundo privado para receber o dinheiro da arrecadação de compensações ambientais, que poderá ser usado pelo ICMBio nas unidades de conservação. Em outro exemplo, o relator do projeto de privatização da Eletrobrás, José Carlos Aleluia (DEM-BA), incluiu no texto a criação de uma estrutura fora do Orçamento para aplicar recursos na revitalização da Bacia Rio São Francisco.

Fontes ouvidas pelo Estadão/ Broadcast avaliam que as iniciativas são forma clara de burlar o Orçamento, especificamente o teto de gastos. No caso do ICMBio, o texto foi aprovado pela Câmara e está napauta de terça-feira do Senado. Se aprovado, vai à sanção presidencial.

Os parlamentares que formaram a comissão mista dedicada a debater a MP 809 admitem a intenção de burlar o teto. "Por conta da Emenda Constitucional 95, que estabelece limite de gasto, por conta de um parecer do Tribunal de Contas da União, estamos impedidos de usar quase R$ 1,5 bilhão de compensação ambiental", disse o senadorJorgeViana (PT-AC),relator daMP na comissão.

O problema, dizem técnicos, não está no objetivo da política, mas no precedente criado para que o Congresso tente apartar outras receitas e despesas,à medida que o teto imponha restrições maiores. O temor é que a MP abra o caminho para a criação de "orçamentos paralelos".

É justamente esse movimento que está acontecendo no projeto de lei da privatização da Eletrobrás. A proposta enviada pelo governo ao Congresso propõe que a companhia destine R$ 9 bilhões ao longo de 30 anos para a revitalização da Bacia do São Francisco, sendo R$ 350 milhões anuais nos 15 primeiros anos e R$ 250 milhões anuais nos últimos 15.

Aleluia quer garantir que esse dinheiro não passe pelo Orçamento, para não ficar sujeito a contingenciamentos e cortes. Uma possibilidade é a criação de uma fundação, a exemplo da Renova, criada para reparar os danos do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), em 2015.

O deputado nega que essa seja uma forma de driblar o teto de gastos. "Trata-se de dinheiro privado, e seria uma fundação de direito privado. Teto de gastos só se aplica agasto público."

O Ministério do Planejamento, que assinou a MP 809 com o Ministério do Meio Ambiente, nega que haja brecha para burlar o limite constitucional. Segundo a pasta, apenas receitas de caráter privado podem ser direcionadas para um fundo à parte, fora do teto de gastos.

O Ministério do Meio Ambiente também negou que a criação do fundo seja uma forma de burlar o teto. Procurado, o Tesouro não comentou, por se tratar de medida ainda em tramitação.

O ESTADO DE S. PAULO | 06/05/18 | DIRETO DA FONTE
SONIA RACY

Conta errada

O Orçamento que está sendo elaborado pelo Planejamento para 2019 revela quadro bem pior do que o que se desenhava na LDO de 2018, segundo fontes ouvidas pela coluna. E o Congresso terá que votar as próximas diretrizes orçamentárias, com cortes impopulares, durante a campanha. A constatação coincide com advertência feita a Temer, pelo TCU – e divulgada anteontem –, na qual a Receita Federal é cobrada por superestimar o volume de créditos tributários a receber.